

ENCARCERAMENTO E RESSOCIALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: UMA PROPOSTA DE ÍNDICE PARA O SISTEMA PRISIONAL DE RONDÔNIA

INCARCERATION AND RESOCIALIZATION IN THE AMAZON: A PROPOSAL FOR AN INDEX FOR THE PRISION SYSTEM OF RONDÔNIA

Submetido em: 15/10/2024 – **Aceito em:** 11/02/2025

DARCY RAMOS DA SILVA NETO¹

CLEITON ARAGÃO DE ALMEIDA²

ÉDER DE SOUZA BEIRÃO³

RESUMO

Este estudo propõe um Índice de Ressocialização (IR) para avaliar a eficácia das iniciativas de reintegração social em presídios do estado de Rondônia, focando em três eixos fundamentais: educação, trabalho e suporte psicológico. Utilizando métodos quantitativos de Estatística Multivariada e Análise Fatorial, o trabalho revela disparidades expressivas entre os municípios na capacidade de promover a ressocialização, com destaque para Jaru, Ji-Paraná e Ariquemes em 2020 e Vilhena e Ji-Paraná em 2022. A análise evidencia melhoria em algumas unidades, impulsionada pela expansão de programas de trabalho e educação, mas também aponta grave deficiência no suporte psicológico oferecido, limitando o potencial de reabilitação. O IR proposto se apresenta como uma ferramenta valiosa para avaliar e orientar as políticas prisionais, reforçando a necessidade de uma abordagem multidimensional que considere os fatores educacionais, laborais e psicológicos como interdependentes, visando promover a equidade no tratamento dos detentos, especialmente no contexto da Amazônia.

Palavras-Chave: Ressocialização. Políticas públicas no sistema prisional. Amazônia.

ABSTRACT

This study proposes a Resocialization Index (RI) to evaluate the effectiveness of social reintegration initiatives in prisons in the state of Rondônia, focusing on three fundamental axes: education, work and psychological support. Using quantitative methods of Multivariate Statistics and Factor Analysis, the work reveals significant disparities between municipalities in the capacity to promote resocialization, with emphasis on Jaru, Ji-Paraná and Ariquemes in 2020 and Vilhena and Ji-Paraná in 2022. The analysis shows improvement in some units, driven by the expansion of work and education programs, but also points to a serious deficiency in the psychological support offered, limiting the potential for rehabilitation. The proposed IR presents itself as a valuable tool to evaluate and guide prison

1 Doutorado em Economia Aplicada (USP). Mestrado em Economia e Desenvolvimento (Ufsm). Graduação em Ciências Econômicas (Ufrj). Professor no Departamento Acadêmico de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Rondônia (Unir). **E-MAIL:** darcy.ramos@unir.br. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-4864-8167>.

2 Graduação em Ciências Econômicas (em andamento) pela Universidade Federal de Rondônia (Unir). **E-MAIL:** aragaocleitonh@gmail.com. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5589-1689>.

3 Doutorado em Desenvolvimento Social (Unimontes). Mestrado em Desenvolvimento Social (Unimontes). Graduação em Administração (Unimontes). **E-MAIL:** ederbeirao@gmail.com. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-4379-9345>.

policies, reinforcing the need for a multidimensional approach that considers educational, work and psychological factors as interdependent, aiming to promote equity in the treatment of inmates, especially in the context of the Amazon.

Keywords: Resocialization. Public policies in the prison system. Amazon.

INTRODUÇÃO

O processo de ressocialização é fundamental para a reintegração de detentos à sociedade, especialmente em um país como o Brasil, que enfrenta sérios desafios no sistema carcerário. Conforme dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2023), com uma população carcerária de mais de 832.000 pessoas, o Brasil ocupa a terceira posição mundial em número de presos, o que torna urgente a implementação de estratégias robustas para tratar dessa questão. Embora a Constituição Federal e a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) reconheçam o direito dos detentos ao trabalho e à educação, apenas 18% da população prisional está envolvida em atividades laborais e 53% apresenta baixa escolaridade, sendo que apenas 1% possui diploma de graduação. Esse cenário evidencia a necessidade de programas de ressocialização mais eficazes e amplamente acessíveis (Mjisp, 2023).

Estudos como o de Andrade *et al.* (2022), conduzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostram que a taxa de reincidência no Brasil gira em torno de 30%. Entretanto, esse percentual diminui significativamente entre os detentos que participam de programas de ressocialização. A pesquisa de Farias (2018) corrobora esses dados, demonstrando que egressos de programas de capacitação têm melhores chances de conseguir emprego, o que reduz consideravelmente as chances de reincidência. Esses resultados são consistentes com a literatura internacional, que aponta que a qualificação profissional e o apoio educacional são cruciais não apenas para a reabilitação individual, mas também para a construção de uma sociedade mais segura e equitativa.

Apesar da relevância desses programas, a implementação de políticas de ressocialização enfrenta desafios estruturais significativos. O sistema carcerário brasileiro é marcado por superlotação, falta de recursos e políticas públicas fragmentadas. Em resposta a esses desafios, iniciativas como a da Associação de Proteção aos Condenados (Apac) propõem uma abordagem humanizada, buscando tratar os detentos com dignidade e preparar sua reintegração social de forma eficaz. Organizações como a Acuda também desempenham um papel vital, ao oferecer aos detentos habilidades práticas e oportunidades de reintegração por meio do trabalho e da educação.

A relevância da ressocialização no contexto brasileiro vai além da esfera individual. Conforme argumenta Thompson (2002), a questão criminal

não pode ser dissociada de fatores socioeconômicos e políticos mais amplos, como a desigualdade e a exclusão social. Sem abordar essas causas estruturais, reformas significativas no sistema prisional permanecerão inviáveis. Portanto, a introdução de políticas públicas eficazes de ressocialização deve ser parte de uma estratégia mais ampla de justiça social.

Neste estudo, propomos o desenvolvimento de um Índice de Ressocialização (IR) para avaliar a eficácia das políticas públicas nos presídios do estado de Rondônia. A construção deste índice visa medir de forma quantitativa a reintegração dos detentos, com base em variáveis como educação, trabalho e assistência psicológica, permitindo uma análise mais precisa das práticas ressocializadoras nas unidades prisionais. O estudo está estruturado em seções que discutem a literatura relevante, os métodos empregados e os resultados obtidos, culminando em reflexões sobre o impacto das políticas de ressocialização no estado. Espera-se que o IR se torne uma ferramenta valiosa para gestores e formuladores de políticas, auxiliando na melhoria contínua das estratégias de reintegração social no sistema prisional.

1 REFERENCIAL TEÓRICO E EMPÍRICO

O estudo sobre o trabalho realizado por reclusos no sistema penitenciário e seu impacto na reintegração social requer uma análise aprofundada das origens históricas das prisões e das transformações sociais que influenciaram suas práticas. A criação do sistema prisional moderno no Brasil foi fortemente moldada pela influência europeia, que, antes do surgimento do capitalismo no século XIII, aplicava punições severas como tortura e execuções públicas, com o objetivo de intimidar a sociedade e manter a ordem. A partir do desenvolvimento de novas estruturas sociais e econômicas, essas práticas foram gradualmente substituídas pelo encarceramento, com o trabalho obrigatório sendo incorporado como forma de punição e controle social.

Michel Foucault, em sua obra seminal intitulada “Vigiar e Punir” que fora publicada no ano 1999, aponta que o sistema prisional, tal como o conhecemos hoje, evoluiu de uma forma de punição física direta para um mecanismo de controle mais sutil, no qual o corpo dos reclusos é disciplinado e explorado para finalidades econômicas. Durante a Idade Média, por exemplo, o trabalho forçado de prisioneiros em obras públicas tornou-se uma prática comum. Foucault argumenta que, embora o encarceramento tenha sido introduzido como uma alternativa “mais humana” à pena de morte, ele fracassa em seus objetivos de ressocialização, perpetuando, ao contrário, comportamentos antissociais e hostilidade entre os reclusos.

Com a ascensão do capitalismo no século XVI, conforme Karl Marx (1998) descreve, a privação dos trabalhadores de seus meios de produção levou ao surgimento de uma classe trabalhadora vulnerável, o que, por sua vez, resultou em um aumento da criminalidade. Para controlar essa classe emergente, o encarceramento e o trabalho forçado passaram a ser utilizados como instrumentos para manter a ordem social. A religião protestante também desempenhou um papel fundamental nesse processo, enfatizando o valor redentor do trabalho, o que legitimou o uso do trabalho forçado como meio de punição e reabilitação dentro das prisões.

No entanto, teóricos como Rusche e Kirchheimer (1999) argumentam que a evolução das punições está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento econômico e às necessidades da sociedade capitalista. De forma semelhante, Melossi e Pavarini (2006) destacam que as penas severas têm como objetivo “docilizar” a classe trabalhadora, mantendo-a sob controle. Mandel (1988), por sua vez, ressalta que o sistema prisional serve como uma ferramenta de controle social, moldando os indivíduos marginalizados em cidadãos produtivos ou, no mínimo, eliminando sua ameaça ao status quo econômico.

Nesse contexto, a ressocialização dos reclusos se torna uma questão central para a sua reintegração na sociedade. Implementar políticas públicas que promovam a educação, o trabalho e o apoio psicológico é crucial para alcançar esse objetivo. Além de reduzir a reincidência, essas políticas podem contribuir significativamente para a segurança pública e a equidade social.

1.1 Lei de Execução Penal no Brasil

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984) estabelece diretrizes para a reintegração dos detentos no Brasil, reconhecendo o trabalho prisional não apenas como uma obrigação, mas como uma questão de dignidade e responsabilidade do Estado. A legislação também reconhece a importância da educação e da saúde mental no processo de ressocialização, determinando que o Estado deve fornecer assistência material, jurídica, educacional e social para prevenir a reincidência e facilitar a reintegração dos ex-detentos.

O trabalho nas prisões brasileiras é considerado uma obrigação social (Art. 28) e deve ser realizado sob condições adequadas de segurança e higiene, ainda que não siga integralmente as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A remuneração do trabalho prisional é estipulada em três quartos do salário mínimo, e parte desse valor é destinada a cobrir despesas pessoais e a apoiar as famílias dos detentos, enquanto o restante é poupado para ser disponibilizado após a libertação.

No entanto, a reintegração dos ex-detentos no mercado de trabalho encontra um obstáculo significativo: a discriminação. Estudos conduzidos pela

Fundação Getúlio Vargas (2019) e pela Rede Justiça Criminal (2020) revelam que a maioria das empresas não oferece oportunidades para egressos do sistema prisional. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), 75% das empresas não contratam ex-detentos, um fator que perpetua o ciclo de marginalização e criminalidade. Esse estigma social é ainda mais acentuado para aqueles condenados por crimes violentos, onde a taxa de dificuldades para encontrar emprego chega a 82%, conforme Andrade (2022).

Teixeira (2004) argumenta que a reintegração social dos detentos não pode ser eficaz sem uma mudança no estigma que os cerca. A inclusão de ex-detentos no mercado de trabalho é uma questão fundamental para interromper o ciclo de criminalidade e proporcionar uma segunda chance para aqueles que cumprem sua pena. As iniciativas implementadas em Rondônia, como programas educacionais e de trabalho, visam mitigar esses desafios e promover uma reintegração mais eficaz.

1.2 Projetos de trabalho nas unidades prisionais em Rondônia

Como consolidado na literatura em Teixeira (2004), a ressocialização e reintegração de detentos à sociedade é um desafio que deve ser pautado com seriedade no enfrentamento das problemáticas sociais no Brasil. Em Rondônia, muitas unidades prisionais possuem projetos voltados à profissionalização/capacitação de detentos. O quadro 1 apresenta alguns destes projetos sociais.

Quadro 1 – Projetos voltados à profissionalização/capacitação dos detentos nas unidades em Rondônia

Nome do Projeto	Objetivo do Projeto	Município da Unidade
ACUDA	Desenvolver ações educativas, espirituais e assistenciais para as pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional, através do autoconhecimento possibilitando a conscientização do seu potencial transformador e da sua condição de cidadão.	Porto Velho
APAC	Promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar.	Ji-Paraná
Bico Legal	Oferecer oportunidades de vagas de emprego de forma rápida para serviços rápidos e de reparo imediato.	Cerejeiras
Casa da Cidadania	Oferecer serviços essenciais para apenados, policiais penais, familiares de detentos e moradores do entorno da região.	Porto Velho
Começar de novo	Produção de uniformes esportivos, escolares, uniformes da unidade, roupas íntimas femininas.	Vilhena

Nome do Projeto	Objetivo do Projeto	Município da Unidade
Confeção de Máscaras de Proteção	Confeccionar máscaras descartáveis para auxiliar no abastecimento de órgãos públicos (departamento de polícia, hospitais) e população em geral.	Cacoal
Costurando para a Liberdade	Produção de uniformes esportivos, escolares, uniformes da unidade, calcinha.	Vilhena
Cozinha do Bem	Promover uma alimentação saudável e consciente, aproveitando todas as partes dos alimentos, incluindo cascas, sementes e miolo, e cultivando uma consciência sobre a importância de uma alimentação livre de agrotóxicos.	Presidente Medici
Criando Arte	Atuar na confecção de artesanatos no interior da carceragem, com materiais fornecidos pelo projeto, destinado em especial aos reeducandos forasteiros.	Buritis
Fábrica de Artefatos e Cimento	Atuar na Confecção de blocos e manilhas para pavimentação de ruas, avenidas, espaços públicos, manutenção e conservação de escolas e órgãos da administração pública.	Buritis
Fábrica de Produtos de Limpeza: Cheiro de Liberdade	Fabricar produtos de limpeza, incluindo sabão líquido, desinfetante, amaciante de roupas e água sanitária, para uso na higienização da unidade prisional.	Presidente Medici
Fazenda Futuro	Promover a ressocialização de presos por meio do trabalho, da educação, e da inclusão social. Localizada em uma área rural dentro do complexo penitenciário de Porto Velho, a fazenda proporciona aos detentos a oportunidade de participar na produção de alimentos e receber treinamento profissional em agricultura, pecuária e agroindústria. Além disso, o projeto inclui atividades culturais e esportivas para oferecer uma abordagem holística para a reintegração dos presos à sociedade.	Porto Velho
Horta Agroecológica: Plantando a Liberdade	Cultivo de plantas sem solo, onde as raízes recebem uma solução nutritiva balanceada que contém água e todos os nutrientes essenciais ao desenvolvimento da planta.	Guajará Mirim
Horta do Bem	Cultivo de plantas sem solo, onde as raízes recebem uma solução nutritiva balanceada que contém água e todos os nutrientes essenciais ao desenvolvimento da planta.	Presidente Medici
Horta Hidropônica	Cultivo de plantas sem solo, onde as raízes recebem uma solução nutritiva balanceada que contém água e todos os nutrientes essenciais ao desenvolvimento da planta.	Buritis
Horta Hidropônica	Adquirir recursos para manutenção diversa, nesta unidade prisional.	Costa Marques
Lava jato/ Lavador de Carros	Atuar na lavagem e limpeza de veículos e máquinas no pátio da unidade prisional.	Buritis
Leitura no Cárcere	Atuar no hábito de leitura, apresentando iniciativas com finalidade na reintegração social, bem como de sua alfabetização.	Buritis
Marcenaria e Fábrica de Móveis	Atuar na fabricação de móveis e serviços de reforma, através da movelaria, com trabalhos artísticos e artesanal.	Buritis

Nome do Projeto	Objetivo do Projeto	Município da Unidade
Novo Olhar	Oferecer mão de obra para pavimentação de ruas, avenidas, espaços públicos, na manutenção e conservação de escolas e órgãos da Administração Pública e outros.	Buritis
Oficina de Costura Prisional	Oportunizar a profissionalização dos apenados através do ensino da prática do corte e costura com a confecção de uniformes para uso dentro da unidade prisional.	Cacoal
Oficina Mecânica	Atuar na manutenção de veículos no pátio da unidade, sendo estes oficiais ou particulares.	Buritis
Pintando a Liberdade	Produção de materiais esportivos, uniformes esportivos, escolares, bolas de esporte (vôlei, futebol, futsal).	Porto Velho
Recomeçar através da Serralheria	Atuar na fabricação de móveis e serviços de reforma, através da movelaria, com trabalhos artísticos e artesanal.	Porto Velho
Ressocialização em Ação	Através de educação e artesanato, auxiliar o reeducando na busca por melhorias profissionais ao mercado de trabalho.	Cerejeiras
Revolucione seu Ciclo	Abrir caminhos e perspectivas para as pessoas em privação de liberdade em Rondônia, por meio da educação, geração de trabalho e ressocialização por meio da dignidade menstrual, com fabricação de bioabsorventes.	Pimenta Bueno
Semeando a Liberdade	Cultivo de plantas sem solo, onde as raízes recebem uma solução nutritiva balanceada que contém água e todos os nutrientes essenciais ao desenvolvimento da planta.	Ariquemes
Semear e Ressocializar	Oportunizar o resgate da dignidade dos apenados por meio do trabalho de ressocialização.	Vilhena
Serralheria	Atuar na confecção de grades, portões, etc através de uso de chapas, com reparação e instalação.	Buritis

Fonte: Secretária de Estado da Justiça/ Governo do Estado de Rondônia (2023).

Os municípios com mais projetos de profissionalização e capacitação para detentos em Rondônia incluem Buritis (9), Porto Velho (5), Pimenta Bueno e Vilhena (3). Isso reflete o compromisso das instituições públicas e privadas com a ressocialização dos reclusos.

Em Buritis, a 328 km da capital Porto Velho, a execução desses projetos enfrenta desafios logísticos e de infraestrutura. No entanto, essa realidade demanda abordagens inovadoras. Os projetos focados na ressocialização oferecem uma solução robusta, utilizando a mão de obra dos reeducandos, o que não só reduz custos para o governo, mas também promove aprendizado e crescimento pessoal.

Essas iniciativas vão além da transformação econômica; resultam em melhorias palpáveis na comunidade, como ruas pavimentadas, escolas reformadas e órgãos públicos bem mantidos. Isso não só eleva o padrão de

vida local, mas também instila um sentimento de orgulho e pertencimento entre os moradores.

Mais do que soluções temporárias, esses projetos constituem uma estratégia sustentável para o futuro de Buritis, abordando desafios imediatos e promovendo um ciclo virtuoso de ressocialização, redução da criminalidade e fortalecimento econômico.

2 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Essa pesquisa adota o paradigma interpretativista, que enfatiza a interação intensa entre o pesquisador e o fenômeno estudado. De acordo com Santana e Sobrinho (2007), o pesquisador atribui significados ao fenômeno, moldando-o pela interação entre ambas as partes. Na visão desse pesquisador, o fenômeno é construído por meio da interação social. Na pesquisa qualitativa, os indivíduos são capacitados a compreender a realidade por meio da interação com seu mundo social. Neste estudo, buscou-se entender a realidade social construída nas relações entre os projetos e os egressos do sistema prisional, bem como a importância da reinserção profissional para os egressos e sua subsequente reintegração social.

Dada a natureza exploratória da pesquisa, a abordagem qualitativa se revela mais apropriada, permitindo a identificação e exploração das características pouco conhecidas dos fenômenos provenientes das interações interpessoais entre os projetos e os egressos do sistema prisional.

2.1 Dados e coleta

A ressocialização é um processo essencial que visa reintegrar pessoas privadas da liberdade à sociedade, promovendo mudanças comportamentais para evitar reincidência criminal. Para alcançar esse objetivo, medidas como educação formal e profissionalizante, oportunidades de trabalho, acompanhamento psicológico, e inserção social são cruciais.

No entanto, o sistema prisional brasileiro representa um obstáculo significativo. Prisões superlotadas, insalubres e violentas dificultam o acesso à educação, trabalho e terapia, aumentando as chances de reincidência. A ressocialização eficaz requer uma reforma prisional humanizada, proporcionando condições adequadas para educação, trabalho e terapia.

Além disso, investir em educação e profissionalização é vital. Acompanhamento psicológico e psiquiátrico deve ser oferecido para ajudar os detentos a lidar com traumas e desafios. A inserção social, facilitada por programas de reintegração e apoio familiar, é fundamental para o sucesso da ressocialização.

A Educação desempenha um papel crucial na vida e no progresso de cada indivíduo, assegurando a todos os cidadãos uma existência digna. Além disso, ela é um dos alicerces essenciais para a edificação da sociedade, como estabelecido no artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

Para promover a ressocialização, é imperativo reformar o sistema prisional, investir em educação e saúde mental, e integrar os egressos do sistema prisional na sociedade. Este processo é desafiador, mas essencial para a segurança e o respeito aos direitos humanos. Diante disso consideram-se nesta análise as 46 unidades prisionais do estado de Rondônia, bem como o quantitativo de presos, dos que trabalham, estudam e possuem atendimento psicológico, no período compreendido entre 2020 e 2022:

Quadro 2 – Variáveis utilizadas, descrição e referências.

Variáveis	Descrição	Referências
Unidades Prisionais	As instituições construídas especificamente para abrigar indivíduos privados de liberdade são conhecidas como unidades prisionais. No Brasil, essas unidades são administradas pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), entidade vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Existem duas categorias de unidades prisionais: Prisões, Colônias e Prisões Federais.	Sisdepen Secretaria Nacional de Políticas Penais Ministério da Justiça e da Segurança Pública
Presos	Indivíduos que foram privados de sua liberdade por decisão judicial são chamados de prisioneiros. Esta população pode ser dividida em duas categorias: Detidos, que são presos temporários que aguardam julgamento, e condenados, que foram julgados e receberam penas privativas de liberdade.	
Trabalho	Os reclusos têm direito ao trabalho e este pode ser um meio eficaz de reabilitação. O trabalho que lhes é atribuído pode ser remunerado ou não, podendo ocorrer dentro ou fora da unidade prisional. O trabalho remunerado pode proporcionar aos reclusos meios para sustentar financeiramente as suas famílias, enquanto o trabalho não remunerado pode ajudá-los a adquirir competências e conhecimentos valiosos que serão úteis para garantir um emprego depois de serem libertados.	
Estudo	O direito à educação não é perdido para os reclusos e pode servir como um instrumento vital para a reintegração na sociedade. Os programas de educação nas prisões podem ser categorizados como formais ou informais. A educação formal é fornecida por escolas públicas ou privadas. A educação informal, por outro lado, é realizada por meio de seminários, palestras e treinamentos. Através da educação prisional, os reclusos podem adquirir conhecimentos e competências valiosos que podem aumentar as suas hipóteses de encontrar emprego após serem libertados.	

Variáveis	Descrição	Referências
Atendimento Psicológico	A ressocialização dos reclusos pode ser muito facilitada através da prestação de cuidados psicológicos. Este tipo de cuidado pode ajudar os presos a lidar com traumas, transtornos mentais e outros desafios que possam enfrentar. Psicólogos e psiquiatras são profissionais qualificados que podem oferecer atendimento psicológico, seja individualmente ou em grupo. Esses cuidados podem ajudar os presos a adquirir mecanismos de enfrentamento saudáveis e a aprender a viver em harmonia com a sociedade.	Sisdepen Secretaria Nacional de Políticas Penais Ministério da Justiça e da Segurança Pública

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos extraídos do Sisdepen (2023).

A análise de dados qualitativos é fundamental para obter insights profundos e significativos em estudos sociais. Entre as abordagens mais comuns, a análise temática e a análise estrutural se destacam, como observado por Riessman (2008). Para este estudo específico, utilizou-se o método de “templates de ligação”, introduzido por King (2014), que é particularmente eficaz na organização e interpretação de dados qualitativos.

A utilização de modelos de ligação para organizar dados em temas oferece uma compreensão mais abrangente e estruturada do material qualitativo coletado. Ao identificar e relacionar temas, os pesquisadores conseguem extrair insights valiosos que podem informar práticas e políticas, especialmente em contextos complexos, como o da ressocialização no sistema prisional. Essa abordagem sistemática não apenas enriquece a análise, mas também contribui para a construção de conhecimento significativo a partir dos dados.

2.2 Cálculo de análise fatorial

O processo de ressocialização de indivíduos encarcerados é uma tarefa complexa que é influenciada por uma infinidade de fatores. Assim, criar um índice que reflita com precisão o sucesso da reintegração dos presidiários à sociedade em vários municípios do estado é uma tarefa difícil.

É necessária uma metodologia metódica para a realização de análises multivariadas, com ênfase na garantia da confiabilidade. A confiabilidade é caracterizada pela consistência dos resultados produzidos por uma escala em medidas repetidas ou equivalentes de um mesmo objeto, indicando ausência de erro (Corrar; Paulo; Dias Filho, 2007). A análise está centrada em escalas de mensuração, que auxiliam no estabelecimento da inter-relação entre os itens e na confiabilidade dos dados.

Neste cenário, o Alfa de Cronbach (α) é um modelo frequentemente empregado que avalia a consistência interna calculando a média das correlações entre os itens. Conforme sugerido por Hair *et al.* (2006), o conceito fundamental

desta medida é que os indicadores individuais de cada escala devem avaliar o mesmo construto e, como resultado, devem estar consideravelmente associados. A fórmula para calcular o Alfa de Cronbach é a seguinte:

$$\alpha = \frac{k \left(\frac{cov}{par} \right)}{1 + (k - 1) \left(\frac{cov}{par} \right)}$$

Onde:

k = número de variáveis

cov = média das covariâncias

var = média das variâncias

No âmbito da pesquisa, o coeficiente α é uma métrica que varia de 0 a 1 e é indicativa da consistência das dimensões do construto. Geralmente, um valor mais alto próximo de 1 implica maior confiabilidade. De acordo com a pesquisa realizada por Hair et al. em 2006, 0,7 é estabelecido como o limite mínimo para confiabilidade aceitável na pesquisa aplicada.

O método de determinação da análise fatorial foi introduzido pela primeira vez por Charles Spearman em 1904. Seu objetivo era estabelecer uma definição de inteligência baseada em um único fator. A estratégia de Spearman (1904) envolveu a criação de um índice geral de inteligência denominado fator “g”, obtido a partir dos resultados de diversos testes que avaliaram essa habilidade. Embora tenha sido Thurstone (1931) quem introduziu o termo “análise fatorial”.

Segundo Manly (1986), o método de análise fatorial é uma técnica estatística empregada para reduzir o número de variáveis em um conjunto de dados multivariado, mantendo sua essência original. O método consegue isso transformando um grande número de variáveis em um número menor de cargas fatoriais, que podem então explicar as variáveis originais.

O método de Análise de Componentes Principais, descrito por Corrar, Paulo e Dias Filho (2007), visa encontrar uma combinação linear de variáveis que possa explicar a variância máxima. No modelo abaixo, cada variável observada X_i é uma combinação linear de n componentes principais. Em outras palavras, cada i -ésima variável é uma combinação de k ($k < i$) fatores compartilhados e um fator distinto. O modelo geral de análise fatorial pode ser ilustrado da seguinte forma, levando em consideração que cada variável possui uma associação linear com k fatores comuns (F), um fator isolado (U) e um termo aleatório.

$$X_i = A_{i1}F_1 + A_{i2}F_2 + \dots + A_{ik}F_k + U_i + \varepsilon_i$$

Em que X_i são as variáveis originais;

A_{ik} as cargas fatoriais usadas para combinar linearmente com os fatores comuns (F);

F_k são os fatores comuns;

U_i o fator único;

ε_i é o termo de erro que capta as variações de X_i .

As cargas fatoriais A_{ik} indicam a intensidade das relações entre as variáveis normalizadas X_i e os fatores subjacentes. Quanto maior for uma carga fatorial, maior é a associação da variável com o fator correspondente. O quadrado das cargas fatoriais representa a contribuição relativa de cada fator para a variância total da variável. A raiz característica expressa a variância total do modelo que é explicada por um fator específico. Seu valor é calculado como o somatório dos quadrados das cargas fatoriais de cada variável associada ao fator particular. A raiz característica, dividida pelo número de variáveis X_i , determina a proporção da variância total explicada pelo fator, oferecendo assim uma medida quantitativa da importância do fator na explicação dos padrões nas variáveis observadas.

Conforme Hoffmann (1999), a técnica Varimax é amplamente utilizada em estudos de análise fatorial, principalmente devido à sua característica de transformação ortogonal. Mingoti (2005) afirma que essa técnica produz soluções mais práticas do que outras técnicas de rotação, como Quatimax e Orthomax. No contexto deste estudo, a técnica Varimax será adotada. Após calcular as cargas fatoriais e identificar os fatores, os escores fatoriais são estimados, uma variável crucial para a elaboração do Índice de Composição (IC). O escore de cada observação é representado pela equação genérica:

$$F_j = W_{j1}X_1 + W_{j2}X_2 + \dots + W_{jn}X_n$$

Em que n é o número das variáveis;

W_{jn} são os coeficientes dos escores fatoriais

De acordo com Monteiro e Pinheiro (2004), quanto mais distante de zero for o escore fatorial de uma observação, em valores positivos, melhor será a posição relativa da observação em um fator específico. Assim, o desempenho dos municípios em cada fator é determinado pelos valores comparativos da coluna correspondente ao fator na matriz de escores. Além disso, é crucial analisar a qualidade do ajuste do modelo de análise fatorial. Para isso, duas medidas foram empregadas para examinar as intercorrelações entre as variáveis.

A estatística de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) é um indicador que compara a magnitude do coeficiente de correlação observado com a magnitude do coeficiente de correlação parcial. Considerando que os valores variam de 0 a 1, KMOs menores do que 0,5 indicam inadequabilidade da análise. Valores entre 0,5 e 0,6 indicam uma adequabilidade ruim do modelo; entre 0,6 e 0,7, regular; entre 0,7 e 0,8, bom; entre 0,8 e 0,9, ótimo; e entre 0,9 e 1,0, excelente (Hair *et al.*, 2006). A análise do KMO é crucial para avaliar se as variáveis selecionadas são apropriadas para a análise fatorial, proporcionando assim uma base sólida para a interpretação dos resultados obtidos.

2.3 Testes estatísticos

A validação do instrumento de coleta de dados foi um empreendimento significativo, principalmente no que diz respeito à percepção dos atores sociais envolvidos em temas como o abordado neste projeto. A pesquisa de Silva (2020) forneceu insights cruciais sobre validação e confiabilidade, destacando o uso do Alpha de Cronbach como uma medida altamente aplicável para avaliar a confiabilidade de pesquisas. A medida reflete a correlação ou covariância entre os diferentes itens presentes nos instrumentos da investigação. Os autores sugerem que valores acima de 0,7 são considerados satisfatórios neste contexto, indicando confiabilidade aceitável dos dados coletados.

Em 1951, Lee J. Cronbach revelou o coeficiente α de Cronbach, que é comumente usado como uma estimativa da confiabilidade de um questionário de pesquisa. O Coeficiente Alfa de Cronbach é utilizado para avaliar a consistência das variáveis medidas em um estudo. Esse coeficiente varia de 0 a 1, onde valores mais próximos de 1 indicam maior grau de consistência interna entre os itens da escala. Ao utilizar esse coeficiente, os resultados do estudo podem fornecer uma compreensão mais profunda da confiabilidade dos dados.

Essa análise envolverá uma comparação entre os resultados estatísticos dos testes realizados em 2020 e 2022. Especificamente, focaremos na Carga Fatorial Média (F1), Comunalidade, Estatísticas KMO e no Coeficiente Alfa de Cronbach, que mede a consistência interna de os dados. A comparação será apresentada na Tabela 1:

Tabela 1 - Alpha de Cronbach

Ano	Estatística alfa de Cronbach
2020	0,814
2022	0,814

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados extraídos do Sisdepen (2023).

O Coeficiente Alfa de Cronbach é uma medida de consistência interna do conjunto de dados que está sendo utilizado. Ele indica o grau de correlação entre os itens, ou seja, o quanto eles estão relacionados entre si. Quanto mais próximo de 1 for o valor do Alfa de Cronbach, maior é a consistência interna do conjunto de itens. Isso significa que as perguntas ou afirmações no questionário estão medindo a mesma construção ou dimensão.

Ao analisar o valor do Alfa de Cronbach, é importante considerar que valores abaixo de 0,7 podem sugerir que os itens no questionário não estão correlacionados o suficiente para medir a mesma construção, enquanto valores muito próximos de 1 podem indicar redundância entre os itens.

Ao observar os resultados do Alfa de Cronbach na Tabela 1, conforme destacado por Corrar, Paulo e Dias Filho (2007), é fundamental compreender que esse teste (α) avalia a consistência interna do questionário ou escala com base na correlação média entre os itens. Ao realizar essa análise, podemos determinar se os itens estão medindo de maneira confiável a construção desejada. Em suma, o coeficiente Alfa de Cronbach oferece uma informação sobre a coerência dos itens em um questionário, sendo uma ferramenta essencial na validação e confiabilidade dos instrumentos de pesquisa.

A constância do coeficiente Alfa de Cronbach em 0,814 em ambos os anos é um indicativo sólido de uma consistência interna confiável nos dados coletados em ambas as ocasiões. Essa estabilidade sugere que os dados utilizados neste trabalho são robustos e consistentes ao longo do tempo, proporcionando confiabilidade nas análises realizadas. Além disso, ao aplicar a análise fatorial pelo método dos componentes principais, não existe uma regra estrita na literatura quanto à determinação do número de fatores a serem utilizados. De acordo com os dados, em 2020, a variância explicada é de 75%, enquanto que em 2022 é de 88%. Isso significa que em 2022, os fatores explicam uma porcentagem maior da variância total dos dados do que em 2020.

A variância explicada é um indicador importante da qualidade de uma análise fatorial. Quanto maior a variância explicada, melhor a análise fatorial. No caso dos dados apresentados, a variância explicada é maior em 2022 em comparação ao ano de 2020. Isso sugere que os fatores identificados em 2022 são mais significativos do que os fatores identificados em 2020.

Em geral, os resultados dos testes estatísticos de 2022 são melhores do que os de 2020. A variância explicada é maior em 2022, indicando que os fatores explicam uma porcentagem maior da variância total dos dados. Além disso, a estatística KMO é maior em 2022, indicando que os dados são mais adequados para análise fatorial. A tabela 2 apresenta estes resultados:

Tabela 2 – Fatores, raiz característica, variância explicada e estatística KMO

Ano	Fatores	Raiz Característica	Variância explicada	Estatística KMO
2020	F1	0,2654	0,75	0,7442
2022	F1	0,2879	0,88	0,707

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados extraídos do Sisdepen (2023).

Houve um aumento na Carga Fatorial Média (F1) de 0,2654 em 2020 para 0,2879 em 2022. Isso sugere uma maior inter-relação entre as variáveis medidas em 2022 em comparação com 2020. A Comunalidade aumentou de 0,704 em 2020 para 0,829 em 2022. Este aumento indica que uma porcentagem maior da variabilidade dos itens é explicada pelos fatores comuns em 2022, mostrando uma melhor consistência nos dados. Embora tenha havido uma ligeira diminuição na Estatística KMO de 2020 (0,7442) para 2022 (0,707), ambos os valores ainda estão acima de 0,7, indicando que os dados são adequados para análises fatoriais.

A análise comparativa dos anos 2020 e 2022 revela uma consistência interna confiável (Alpha de Cronbach constante) e melhorias significativas na inter-relação das variáveis (aumento na Carga Fatorial Média) e na consistência dos dados (aumento na Comunalidade) em 2022. Embora a Estatística KMO tenha diminuído um pouco, os valores continuam sendo aceitáveis para análises fatoriais.

Esses resultados sugerem que as variáveis medidas estão mais inter-relacionadas e consistentes em 2022, fornecendo uma base sólida para análises e inferências futuras. As descobertas podem ser confiáveis e úteis para orientar decisões ou intervenções com base nos dados coletados em 2022.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

3.1 Estatísticas descritivas

O Quadro 3 fornece as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas para o ano 2020:

Quadro 3 – Estatística descritiva das variáveis para o ano 2020

Município	Qtd preso	Qtd estuda	Qtd trabalha	Qtd atend. psi
Alta Floresta	98	89	49	3
Alvorada d'Oeste	144	4	10	61
Ariquemes	763	123	123	65
Buritis	182	0	86	87
Cacoal	465	4	72	8

Município	Qtd preso	Qtd estuda	Qtd trabalha	Qtd atend. psi
Cerejeiras	104	0	8	2
Colorado do Oeste	88	6	93	5
Costa Marques	114	13	67	0
Espigão d' Oeste	80	0	0	80
Guajará Mirim	489	0	112	25
Jaru	376	188	101	28
Ji-Paraná	861	127	415	223
Machadinho d'Oeste	202	33	63	48
Ouro Preto do Oeste	228	71	71	0
Pimenta Bueno	390	37	125	77
Porto Velho	4623	540	939	1439
Presidente Medici	56	1	5	0
Rolim de Moura	232	42	64	0
Santa Luzia d'Oeste	59	0	33	59
São Francisco do Guaporé	95	2	3	0
São Miguel do Guaporé	91	2	2	91
Vilhena	646	8	54	8

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados extraídos do Sisdepen (2023).

O Quadro 4 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas para o ano 2022:

Quadro 4 – Estatística descritiva das variáveis para o ano 2022

Município	Qtd preso	Qtd estuda	Qtd trabalha	Qtd atend. psi
Alta Floresta	88	17	52	0
Alvorada d'Oeste	139	93	62	0
Ariquemes	948	536	204	0
Buritis	233	170	49	0
Cacoal	559	240	83	10
Cerejeiras	166	108	46	4
Colorado do Oeste	90	62	29	0
Costa Marques	129	49	78	0
Guajará Mirim	586	256	234	0
Jaru	427	126	231	23
Ji-Paraná	650	289	370	0
Machadinho d'Oeste	251	29	156	5
Ouro Preto do Oeste	185	64	77	0
Pimenta Bueno	550	271	175	3
Porto Velho	3071	966	2314	31
Presidente Medici	53	17	18	0

Município	Qtd preso	Qtd estuda	Qtd trabalha	Qtd atend. psi
Rolim de Moura	255	51	54	2
Santa Luzia d'Oeste	62	0	34	32
São Francisco do Guaporé	122	77	53	0
São Miguel do Guaporé	110	35	13	0
Vilhena	586	227	784	4

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados extraídos do Sisdepen (2023).

Ao analisar os quadros 3 e 4 apresentam os dados quantitativos das variáveis para os anos de 2020 e 2022, respectivamente, nos municípios analisados. Em 2020, em muitos municípios, houve um número significativo de presos, com Porto Velho tendo a maior população carcerária, com 4623 presos. No entanto, em 2022, houve uma redução geral no número de presos, com Porto Velho agora registrando 3071 presos.

No que diz respeito à educação, houve melhorias em vários municípios entre 2020 e 2022. Por exemplo, em Ariquemes, a quantidade de presos que estudam aumentou de 123 para 536. No entanto, alguns municípios, como Alta Floresta, experimentaram uma diminuição no número de presos que estudam, de 89 para 17.

No quesito emprego, houve flutuações notáveis. Alguns municípios, como Cacoal, tiveram um aumento significativo no número de presos que trabalham, de 72 em 2020 para 83 em 2022. Outros, como Burity, registraram uma redução no emprego para os presos, caindo de 86 para 49, tal medida deu-se devido ao aumento da progressão de regime, o que acabou levando vários presos a serem transferidos para regimes semiaberto e aberto, onde não há trabalho obrigatório, e muitos acabam não tendo acesso a esta modalidade ofertada. Outro fator que pode ser observado foi a redução da demanda oriunda da fábrica de manilhas, que é uma pequena empresa que atende o comércio local, o que acabou ocasionando à redução do número de vagas de trabalho na fábrica.

O atendimento psicológico também teve variações. Porto Velho teve uma queda significativa no número de presos atendidos por profissionais de saúde mental, de 1439 em 2020 para 31 em 2022. Outros municípios, como Jaru, não apresentaram mudanças significativas nesse aspecto. Essas flutuações indicam mudanças dinâmicas na população carcerária e nas oportunidades educacionais e de emprego, ressaltando a necessidade de políticas públicas adaptáveis e focadas na ressocialização e no bem-estar dos indivíduos no sistema prisional.

3.2 Índice de ressocialização

A Tabela 3 apresenta a construção do Índice de Ressocialização dos presídios em Rondônia por seus municípios em que estão instalados:

Tabela 3 – Índice de Ressocialização (IR) das Unidades prisionais em Rondônia por município em 2020

Unidade prisional (por município)	IR
Porto Velho	2,5548
Jaru	1
Ji-Paraná	0,7158
Ariquemes	0,7142
Pimenta Bueno	0,317
Rolim de Moura	0,3121
Alta Floresta d'Oeste	0,3081
Ouro Preto do Oeste	0,2731
Guajará-Mirim	0,1848
Colorado do Oeste	0,157
Machadinho d'Oeste	0,1274
Vilhena	0,1243
Buritis	0,1185
Costa Marques	0,1126
Cacoal	0,1068
Santa Luzia d'Oeste	0,1004
São Miguel do Guaporé	0,0426
Alvorada d'Oeste	0,0285
Cerejeiras	0,0195
Presidente Médici	0,0156
São Francisco do Guaporé	0,0104
Espigão d'Oeste	0,0052

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados extraídos do Sisdepen (2023).

A capital do estado, Porto Velho, foi excluída do cálculo do índice (variando de 0 a 1), contudo, foi mantida na tabela para evidenciar a discrepância do IR que a capital possui em relação às demais unidades do Estado. Ela apresenta um índice de ressocialização 2,55 vezes maior que o município de Jaru, cidade com o maior índice para o ano de 2020.

O índice é calculado com base na literatura sobre ressocialização de detentos, a promoção de políticas sociais dentro dos presídios, considerando número de detentos que estudam, que exercem atividade laboral e que possuem atendimento psicológico dentro das unidades. O índice varia significativamente entre as unidades, indicando diferentes níveis de ressocialização. Unidades

como Porto Velho e Jaru mostram índices mais altos, enquanto Espigão d'Oeste apresenta um índice muito baixo. Isso sugere variações significativas na eficácia dos programas de ressocialização em diferentes regiões de Rondônia durante o período analisado. Na tabela 4, os resultados para o ano de 2022 são apresentados:

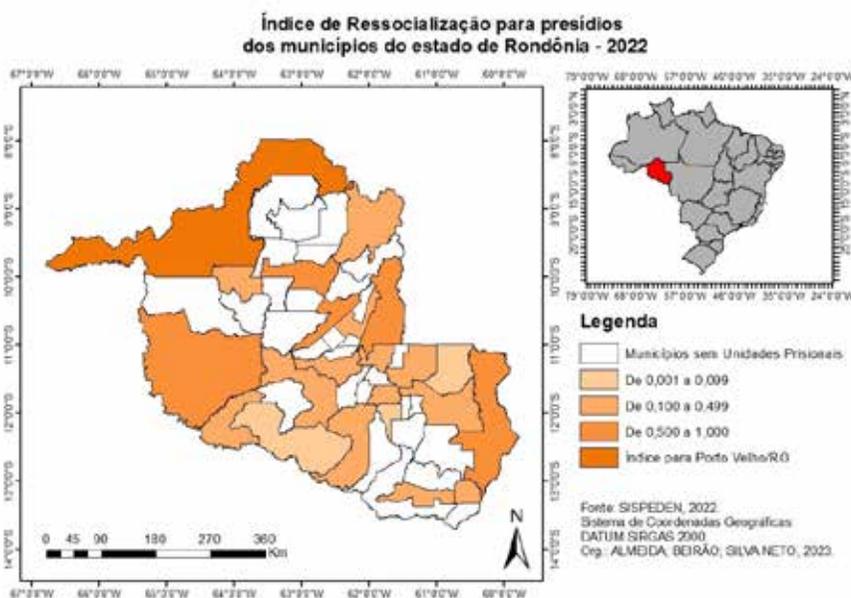
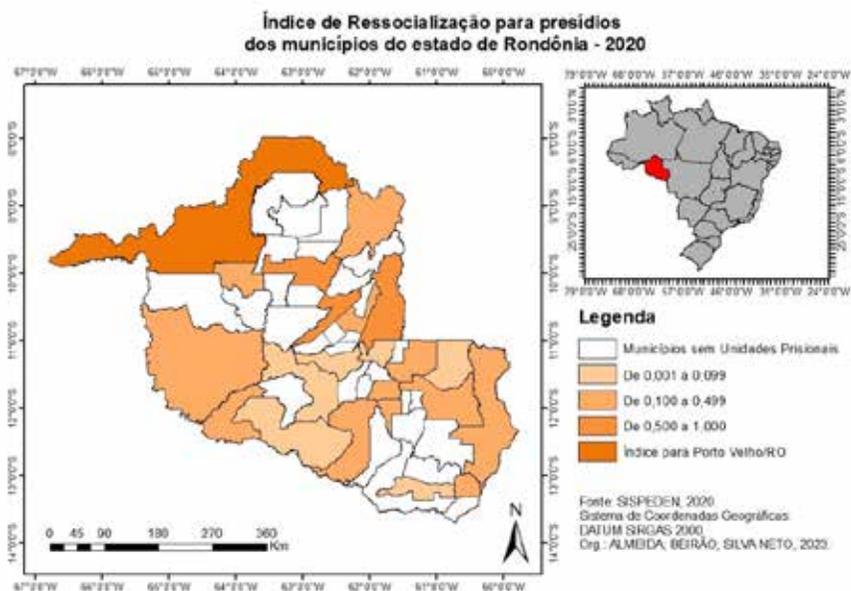
Tabela 4 – Índice de Ressocialização (IR) das Unidades prisionais em Rondônia por município em 2022.

Unidade prisional (por município)	IR
Porto Velho	6,5217
Vilhena	1
Ji-Paraná	0,9192
Jaru	0,5972
Ariquemes	0,5117
Guajará-Mirim	0,5054
Rolim de Moura	0,453
Cacoal	0,4199
Pimenta Bueno	0,4133
Machadinho d'Oeste	0,3492
Ouro Preto do Oeste	0,3499
Alvorada d'Oeste	0,2499
Buritis	0,2463
Costa Marques	0,2448
Cerejeiras	0,2297
Colorado do Oeste	0,1908
Alta Floresta d'Oeste	0,1805
São Miguel do Guaporé	0,1464
Presidente Médici	0,1184
São Francisco do Guaporé	0,0905
Santa Luzia d'Oeste	0,0901
Espigão d'Oeste	0,0235

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados extraídos do Sisdepen (2023).

O mesmo cálculo foi feito para o ano de 2022. É possível notar que a capital teve um aumento de 2,55 para 6,52 do seu índice. Isso significa dizer que, de 2020 para 2022, houve uma melhora do município de Porto Velho em relação à trabalho, estudo e atendimento psicológico dentro das unidades prisionais e isso é aproximadamente 6,52 vezes maior que Vilhena, a cidade com o maior índice deste ano.

Mapa 1 – Dispersão Espacial do Índice de Ressocialização (IR) para os presídios dos municípios de Rondônia em 2020 e 2022



Fonte: Elaboração dos autores.

Os dados do sistema prisional de Rondônia em 2020 e 2022 mostram que o índice de ressocialização do estado aumentou de 0,53 para 0,65. Essa melhora foi impulsionada por um aumento nas taxas de presos inseridos em atividades laborais, matriculados em cursos de educação e atendidos

por psicólogos. As figuras 1 e 2 apresentam a incidência e a dispersão espacial do IR das Unidades prisionais dos municípios de Rondônia para os dois anos analisados.

A análise da ressocialização em Rondônia entre 2020 e 2022 revela mudanças significativas nos índices de educação, trabalho e atendimento psicológico para detentos. Porto Velho continua a liderar os programas de ressocialização, enquanto Espigão d'Oeste apresenta os menores índices. Unidades como Vilhena e Ji-Paraná também se destacam por seus esforços.

Os dados mostram um leve aumento nos índices de ressocialização. Em 2020, muitos municípios do sul do estado estavam na primeira e segunda faixas de índices, enquanto em 2022, a maioria já se encontrava na segunda e terceira faixas. Buritis e Porto Velho se destacam por suas iniciativas, com Buritis apresentando uma variedade notável de projetos sociais.

O Centro de Ressocialização Jonas Ferreti, em Buritis, implementou projetos como “Novo Olhar” e “Fábrica de Artefatos de Cimento”, que envolvem os reeducandos em atividades que beneficiam a comunidade e ajudam na construção de sua auto-estima. A fabricação de blocos e outros artefatos, além de ações de manutenção em escolas e espaços públicos, contribui tanto para a economia local quanto para a formação de habilidades dos internos.

Em Pimenta Bueno e Vilhena, também houve um aumento na quantidade de projetos, com Vilhena subindo no ranking de ressocialização. O projeto “Semear e Ressocializar” em Vilhena é um exemplo de como a mão de obra dos reeducandos pode ser utilizada em benefício da comunidade, enquanto o Centro de Ressocialização Cone Sul realiza atividades produtivas que geram doações para instituições carentes.

Os dados da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus, 2023) mostram um aumento de 20% na taxa de presos envolvidos em atividades laborais, refletindo as políticas de incentivo ao trabalho. No entanto, a situação da saúde mental se destaca como uma preocupação, com reduções significativas nos atendimentos psicológicos em várias unidades. Além disso, iniciativas como o Encceja Nacional PPL, que visa certificar as competências de detentos, têm mostrado crescimento no número de inscritos, destacando o potencial da educação na ressocialização.

Os dados de 2020 e 2022 indicam que algumas unidades melhoraram seus índices de ressocialização, enquanto outras enfrentaram desafios. A necessidade de uma abordagem adaptativa e baseada em dados é necessária para atender às demandas da população carcerária, especialmente no que diz respeito ao suporte psicológico, que deve receber atenção prioritizada para garantir uma reintegração eficaz e respeitosa aos direitos humanos.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados deste estudo revelam desdobramentos importantes sobre a ressocialização de detentos nos presídios do estado de Rondônia e têm implicações diretas para a formulação de políticas públicas no sistema carcerário brasileiro. A construção do Índice de Ressocialização (IR) permitiu uma análise mais profunda dos fatores que contribuem para a reintegração social dos detentos, evidenciando a necessidade urgente de uma abordagem integrada e multidimensional nas políticas públicas voltadas para o sistema prisional.

Uma das constatações mais significativas deste estudo é a disparidade no desempenho das unidades prisionais em relação à oferta de programas de trabalho, educação e apoio psicológico. Municípios como Jaru e Ji-Paraná destacam-se positivamente, enquanto outros enfrentam alguns desafios estruturais, como baixos níveis de investimento em educação e cultura. Este cenário evidencia a necessidade de políticas públicas mais equitativas e direcionadas, que levem em consideração as realidades locais e promovam a uniformidade nas condições de ressocialização entre os presídios do estado e, de forma mais ampla, do país.

A pesquisa destaca o papel fundamental da educação e do trabalho no processo de ressocialização, corroborando estudos anteriores que apontam para a importância desses fatores na redução da reincidência criminal. Conforme observado por Wacquant (2009), a privação de educação e de oportunidades de trabalho dentro e fora do sistema prisional perpetua o ciclo de marginalização e criminalidade, o que torna os programas educacionais e de qualificação profissional indispensáveis. Dados de outros estudos internacionais, como os de Western e Pettit (2010), confirmam que detentos que têm acesso à educação formal e treinamento profissional têm maiores chances de sucesso na reintegração social, além de uma diminuição substancial nas taxas de reincidência.

Entretanto, o Brasil continua enfrentando dificuldades na implementação de políticas eficazes de ressocialização. O Relatório Nacional de Direitos Humanos (2020) destaca as falhas estruturais e o subfinanciamento crônico do sistema penitenciário, que comprometem a execução de programas de educação e trabalho, especialmente em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, como é o caso de Rondônia. A situação é agravada pela superlotação das unidades prisionais, que impede que os programas já existentes atendam adequadamente à demanda.

Outro aspecto de extrema relevância evidenciado neste estudo é o papel do apoio psicológico na ressocialização. A saúde mental de detentos é frequentemente negligenciada nas políticas prisionais, mas estudos recentes, como o de Fazel et al. (2016), indicam que transtornos mentais não tratados em

ambientes prisionais são fatores cruciais para a reincidência e a perpetuação de comportamentos antissociais. No Brasil, conforme dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2021), a carência de psicólogos e psiquiatras no sistema prisional é alarmante, o que impede a prestação de serviços adequados a uma população com altos índices de transtornos psiquiátricos e uso de substâncias.

Nesse sentido, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o suporte psicológico e emocional de detentos deve ser tratado como prioridade. O estudo mostra que, em presídios onde o apoio psicológico é mais presente, como em Porto Velho, houve um aumento no índice de ressocialização entre 2020 e 2022, indicando que a promoção da saúde mental pode ter impactos diretos na reabilitação dos detentos e, conseqüentemente, na segurança pública.

Adicionalmente, o impacto da discriminação pós-encarceramento sobre os egressos do sistema prisional não pode ser ignorado. Como exposto por Goffman (2009), o estigma de ter um histórico criminal dificulta a reintegração de ex-detentos ao mercado de trabalho, perpetuando o ciclo de exclusão e reincidência. No Brasil, a situação é agravada por um mercado de trabalho altamente competitivo e excludente, em que a contratação de ex-detentos é rara, conforme indicam estudos da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2021), que apontam que 75% das empresas evitam contratar pessoas com histórico prisional. Nesse sentido, políticas de incentivo à contratação de egressos, como isenções fiscais para empregadores e programas de requalificação profissional, são medidas urgentes que podem transformar a ressocialização de uma promessa abstrata em uma realidade concreta.

Além disso, as evidências apresentadas neste estudo corroboram a necessidade de um enfoque mais amplo e multidimensional no tratamento da criminalidade e das políticas prisionais. A criminalidade no Brasil, como apontam diversos estudiosos, não pode ser dissociada das desigualdades socioeconômicas e raciais, fatores que contribuem significativamente para o aumento da população carcerária. Estudos de autores como Soares (2018) e Oliveira (2021) destacam que a maioria dos presos no Brasil são homens jovens, negros e pobres, o que reflete o caráter estruturalmente desigual do sistema de justiça criminal. Isso implica que políticas de ressocialização eficazes devem estar ligadas a uma agenda mais ampla de justiça social e combate às desigualdades estruturais.

A partir dessas considerações, os resultados deste estudo fornecem subsídios importantes para a reformulação das políticas públicas prisionais no Brasil. A construção do Índice de Ressocialização (IR) representa um avanço significativo no monitoramento e avaliação das iniciativas de reintegração social nas unidades prisionais. Essa ferramenta oferece aos gestores públicos uma métrica objetiva para medir o sucesso ou fracasso das políticas implementadas, além de indicar os pontos críticos que demandam maior atenção. No entanto, a

continuidade e a eficácia dessas políticas dependem do compromisso do Estado em garantir que as prisões não sejam apenas locais de punição, mas também de reabilitação e transformação social.

Por fim, o estudo reforça a urgência de políticas públicas que não apenas tratem os sintomas da exclusão social, mas que também combatam suas causas. A ressocialização é um processo que vai além dos muros das prisões, envolvendo a sociedade como um todo. Assim, é necessário que as políticas carcerárias sejam inseridas em um contexto mais amplo de inclusão social, combate à pobreza e redução das desigualdades, como já indicaram autores como Bourdieu (1999) e Wacquant (2018). Sem essas transformações estruturais, qualquer tentativa de reformar o sistema prisional será incompleta e incapaz de oferecer uma solução sustentável para o problema da criminalidade no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo mostram que o índice de ressocialização do sistema prisional de Rondônia aumentou entre 2020 e 2022. Essa melhora foi impulsionada por um aumento nas taxas de presos inseridos em atividades laborais, matriculados em cursos de educação e atendidos por psicólogos.

O aumento no índice de ressocialização é um sinal positivo, pois indica que o sistema prisional do estado está avançando nas políticas de profissionalização e capacitação dos detentos. No entanto, ainda há muito a ser feito para melhorar a ressocialização dos presos em Rondônia. É importante ressaltar que o índice de ressocialização é apenas uma medida. Ele não é capaz de capturar todos os aspectos da ressocialização, como a reintegração social e a redução da reincidência criminal.

Neste contexto, este estudo representa um esforço abrangente para compreender não apenas os indicadores superficiais, mas também os mecanismos subjacentes que impulsionam a ressocialização prisional. Ao analisar dados, políticas e experiências individuais, este trabalho se propõe a não apenas fornecer uma análise, mas a desencadear mudanças substanciais e duradouras. Ao fazer isso, não apenas melhoramos a vida dos detentos, mas também fortalecemos a segurança e a coesão de toda a sociedade, criando um impacto positivo que ressoa muito além dos muros das prisões de Rondônia.

Os dados e análises destacam a importância inegável de uma educação prisional abrangente. Desde programas de alfabetização até treinamento profissional, a educação emerge como uma força propulsora na ressocialização. O apoio psicológico, especialmente ao lidar com traumas e vícios, é uma pedra

fundamental na construção de resiliência e autoeficácia nos detentos. Este estudo de caso, especialmente em Porto Velho, sublinha a eficácia das políticas prisionais centradas na reabilitação, e não na punição. Estratégias diferenciadas para mulheres detentas, levando em consideração suas experiências únicas, demonstraram resultados promissores, ressaltando a necessidade de políticas sensíveis ao gênero.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- ACUDA. Associação Cultural e de Desenvolvimento do Apenado e do Egresso. Porto Velho, Brasil, 2023. Disponível em: <<https://www.acudarondonia.org>>, acesso em: 30 set. 2023.
- ANDRADE, P. G; PEREIRA, A. C. R; MELLO, J. **Atuação das Organizações da Sociedade civil no Sistema Prisional brasileiro**: Perfil das OSCS e projetos desenvolvidos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, 2022. Disponível em: <<https://shre.ink/beau6>>, acesso em: 27 out. 2023. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/ntdiest57>>.
- APAC. Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados. Minas Gerais, Brasil, 2023. Disponível em: <<https://fbac.org.br/o-que-e-a-apac/>>, acesso em: 30 set. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. São Paulo: Vozes, 1999.
- BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 1984.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário**. Brasília, 2023 Acessado pelo link: <<https://shre.ink/beauC>>, acesso em: 05 out. 2023.
- CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (Org.). **Análise Multivariada para os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.
- FARIAS, B. **Uso da Regressão Logística para um estudo da reincidência criminal no sistema penitenciário Mediciense**. Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Jí-Paraná, RO, 2018. Disponível em: <<https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/2348>>, acesso em: 28 out. 2023.

- FAZEL, Seena *et al.* *Mental health of prisoners: prevalence, adverse outcomes, and interventions.* **The Lancet Psychiatry**, v. 3, n. 9, p. 871-881, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões.** 19 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
- HAIR, J. F. *et al.* **Multivariate data analysis.** Upper Saddle River. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2006.
- HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Multivariate data analysis with readings.** 2nd ed. New York: Macmillan Publishing Company, p.449, 1987.
- HOFFMANN, R. **Componentes principais e análise fatorial.** Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1999.
- KING, N. *Using templates in the thematic analysis of text.* In: Cassell, C.; SYMON, G. (eds.) **Essential Guide to Qualitative Methods in Organizational Research.** London: Sage, 2004.
- MANDEL, E. **Capitalismo tardio (Os economistas).** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MANLY, B. F. J. **Multivariate statistical methods-a primer.** New York: Chapman and Hall, 1986.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. **O processo de produção do Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. Cárcere e Fábrica. **As origens do sistema penitenciário (séculos XVI - XIX).** Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- MONTEIRO, V. P.; PINHEIRO, J. C. Critério para implantação de tecnologias de suprimentos de água potável em municípios cearenses afetados pelo alto teor de sal. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 365-387, 2004.
- RIESSMAN, C. K. **Narrative methods for the human sciences.** London: Sage, 2008.
- RONDÔNIA. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado de Rondônia.** Disponível em: <<https://shre.ink/beux>>, acesso: 28 set. 2023.
- RUSCHE, G. E KIRCHHEIMER, O. **Punição e estrutura social.** Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- SANTANA, E. E. P.; SOBRINHO, Z. A. O interpretativismo, seus pressupostos e sua aplicação recente na pesquisa do comportamento do consumidor. *In: Encontro do ensino e pesquisa em administração e contabilidade (EnEPQ)*, I, Recife. Anais [...]. p. 1-10, 2007.

- SILVA, Evanildo José da *et al.* Elaboration and validity and reliability analysis of a questionnaire to assess the knowledge of primary care physicians and nurses about trachoma. **Rev. Bras. Oftalmol.** 2020; 79 (6): 391-6. DOI: 10.5935/0034-7280.20200085. Disponível em: <<https://shre.ink/eQTQ>>, acesso em 16 set. 2022.
- SPEARMAN, C. “General intelligence” objectively determined and measured. **The American Journal of Psychology**. Champaign, IL, v. 15, n. 2, p. 201-293, 1904.
- THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- THURSTONE, L. L. *Multiple factor analysis*. **Psychological Review**, Washington, DC, v. 38, n. 5, p. 406-427, 1931.
- WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2009.
- WESTERN, Bruce; PETTIT, Becky. *Incarceration and social inequality*. **Daedalus**, v. 139, n. 3, p. 8-19, 2010.